



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Projeto de Autoavaliação da Universidade Federal do Ceará (UFC)

2013/2014

Fortaleza, março de 2013

Universidade Federal do Ceará - Administração Superior

Reitor: Prof. Jesualdo Pereira Farias

Vice-Reitor: Prof. Henry de Holanda Campos

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Gil de Aquino Farias

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Antônio Salvador da Rocha

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Prof. Ciro Nogueira Filho

Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Ernesto da Silva Pitombeira

Pró-Reitora de Administração: Profa. Denise Maria Moreira Chagas Correa

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Prof. Serafim Ferraz

Chefe de Gabinete: Prof. José Maria Andrade de Sales Neto

Procurador Geral: Prof. Paulo Antônio de Menezes Albuquerque

Secretário de Tecnologia da Informação: Prof. Joaquim Bento Cavalcante Neto

Secretária de Acessibilidade UFC Inlui: Profa. Vanda Magalhães Leitão

Secretário de Cultura Artística: Prof. Elvis de Azevedo Matos

Secretário dos Órgãos Deliberativos Superiores: Sr. Antônio Aritomar Barros

Universidade Federal do Ceará - Administração Acadêmica

Centro de Ciências (CC)

Diretora: Profa. Simone da Silveira Sá Borges
Vice-Diretor: Prof. Javam de Castro Machado

Centro de Ciências Agrárias (CCA)

Diretor: Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula
Vice-Diretora: Profa. Sônia Maria Pinheiro de Oliveira

Centro de Humanidades (CH)

Diretora: Profa. Vlândia Maria Cabral Borges
Vice-Diretor: Prof. Cássio Adriano Braz de Aquino

Centro de Tecnologia (CT)

Diretor: Prof. José de Paula Barros Neto
Vice-Diretor: Prof. Marco Aurelio Holanda de Castro

Faculdade de Direito

Diretor: Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque
Vice-Diretor: Prof. Regnoberto Marques de Melo Júnior

Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo (FEAACS)

Diretor: Prof. Augusto César de Aquino Cabral
Vice-Diretora: Profa. Sandra Maria dos Santos

Faculdade de Educação (FACED)

Diretora: Profa. Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca
Vice-Diretor: Prof. José Arimatéia Barros Bezerra

Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE)

Diretora: Profa. Maria Goretti Rodrigues de Queiroz
Vice-Diretor: Prof. Sérgio Lima Santiago

Faculdade de Medicina

Diretor: Prof. José Luciano Bezerra Moreira
Vice-Diretora: Profa. Valeria Goes Ferreira Pinheiro

Campus do Cariri

Diretor: Prof. Ricardo Luiz Lange Ness
Vice-Diretora: Profa. Suely Salgueiro Chacon

Campus de Sobral

Diretor: Prof. Vicente de Paulo Teixeira Pinto
Vice-Diretor: Prof. João Guilherme Nogueira Matias

Campus de Quixadá

Diretor: Prof. Davi Romero de Vasconcelos
Vice-Diretora: Profa. Andréia Libório Sampaio

Instituto de Ciências do Mar (Labomar)

Diretor: Prof. Luís Parente Maia
Vice-Diretora: Profa. Ozilea Bezerra Menezes

Instituto de Cultura e Arte (ICA)

Diretor: Prof. Sandro Thomaz Gouveia
Vice-Diretora: Profa. Inês Sílvia Vitorino Sampaio

Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES)

Diretor do Instituto: Prof. Antônio Barroso Lima
Vice-Diretora: Profa. Lúcia Rejane de Araújo Barontini

Instituto Universidade Virtual - UFC Virtual

Diretor do Instituto: Prof. Mauro Cavalcante Pequeno
Vice-Diretor: Prof. José Aires de Castro Filho

Equipe responsável pela elaboração do Projeto

Prof. Wagner Bandeira Andriola (Coord. de Avaliação Institucional; Presidente da CPA).
Sr. José Lima Teixeira (Membro da CPA/UFC).
Sra. Maria do Socorro de Sousa Rodrigues (Membro da CPA/UFC)
Sra. Jessica Costa de Sousa – Bolsista CAPES.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) surgiu através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. No que tange ao conceito de avaliação defendido pelo referido sistema, este se centra nas categorias integração e participação, conforme explicitado no documento do SINAES (BRASIL, 2003):

O sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. (...) o sistema de avaliação é uma construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas (p. 82).

A operacionalização do SINAES se subdivide em três macro-procedimentos: Avaliação Institucional (interna e externa), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). No que tange à Avaliação Institucional, são previstas 10 dimensões a serem contempladas.

I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

II. A política institucional voltada ao ensino, à pós-graduação, à pesquisa e à extensão.

III. A responsabilidade social da instituição.

IV. A comunicação com a sociedade.

V. A política institucional de gestão de pessoal.

VI. A organização e a gestão da instituição.

VII. A adequação da infra-estrutura física à missão da instituição.

VIII. O planejamento e a avaliação institucional.

IX. A política interna de atendimento aos estudantes universitários.

X. A sustentabilidade financeira institucional.

2. PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE INFORMAÇÕES

Com vistas à obtenção de informações válidas, fiáveis e representativas de cada uma das 10 dimensões acima referidas optou-se pela adoção dos seguintes procedimentos de coleta:

a) Análise documental, a partir do uso do Regimento Geral, do Estatuto Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Relatório Anual de Gestão, do Relatório de Auditoria Interno, do Anuário Estatístico, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, do Regimento Interno da Pós-Graduação,

dentre outros veículos de comunicação interna, como é o caso do Jornal da UFC, de programas jornalísticos (de rádio e de televisão) e de revista especializadas.

b) Uso de dados secundários e de indicadores institucionais, contidos em bases já existentes, tais como o Censo da Educação Superior, a base PINGIFES, a base de informações institucionais da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica da Pró-Reitoria de Planejamento (PRPL).

c) Uso de dados primários, oriundos da aplicação de formulários eletrônicos, de questionários estruturados e da realização de entrevistas.

3. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação da UFC baseia-se em modelo descentralizado, no qual a Comissão Própria de Avaliação (CPA) coordena as várias atividades no âmbito institucional (planejamento, sensibilização da comunidade, preparação de instrumentos, uso de dados primários e secundários, organização de bases de dados, análise e interpretação dos dados e dos indicadores, confecção do relatório final e difusão dos mais relevantes resultados junto à comunidade universitária), bem como apóia as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), responsáveis pela execução das mesmas atividades no espaço das Unidades Acadêmicas (Centros, Faculdades, Institutos e Campus), e que contam com as mesmas características de paridade e de representação da CPA.

Devido ao incremento substantivo no número de cursos, de docentes e de alunos, oriundo da adesão da UFC ao REUNI, efetivada em 2008, decidiu-se, de modo estratégico pela Administração Superior, em usar as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) como ferramenta para subsidiar a autoavaliação institucional. A partir de 2012 foi iniciado processo com vistas à total informatização de alguns dos procedimentos da autoavaliação institucional, dentre os quais a coleta e a análise de dados, bem como a apresentação de relatórios setoriais.

Desse modo, dois módulos informatizados foram desenvolvidos, a saber:

a) Módulo destinado aos discentes: cujo objetivo é permitir a avaliação das condições de funcionamento do curso (estrutura física e tecnológica, salas de aula, laboratórios, biblioteca, acessibilidade, espaços de convivência, etc.), a atuação do professorado (planejamento didático-pedagógico, atuação didática, relacionamento com os alunos, formas e usos dos resultados da avaliação discente), a gestão acadêmica (atividades da coordenação que têm impacto sobre os processos de formação), e realize autoavaliação sobre sua atuação como aprendiz em formação.

b) Módulo destinado aos docentes: cujo objetivo é permitir a avaliação das condições de funcionamento do curso (estrutura física e tecnológica, salas de aula, laboratórios, biblioteca, acessibilidade, espaços de convivência, dentre outros), o alunado (perfil cognitivo e pedagógico, motivação e envolvimento para o aprendizado, postura acadêmica e autonomia), e promova uma autoavaliação a partir dos mesmos critérios usados pelos

alunos (planejamento e atuação didático-pedagógica, relacionamento com os alunos, usos dos resultados da avaliação).

A periodicidade de uso dos dois módulos será semestral e as informações obtidas permitirão a geração de relatórios sobre o corpo docente, a gestão acadêmica de cursos e as condições de funcionamento dos cursos.

Uma segunda estratégia que complementar as informações derivadas do uso dos módulos de autoavaliação institucional será dirigida à elaboração de indicadores de desempenho institucional, dentre os quais podem ser citados: uso de indicadores internacionais (Scimago Institutions Ranking – SIR; Quacquerely-Simmonds World Universities Ranking – QS-WUR; Ranking de Universidades na WEB); uso de indicadores nacionais (IGC, indicadores de gestão do TCU e indicadores do FORPLAD); uso de indicadores internos (taxa de diplomação; taxa de evasão; taxa de reprovação; taxa de docentes com doutorado; taxa de alunos bolsistas; etc.).

Estes indicadores permitirão diagnóstico situacional hierarquizado, em três níveis distintos de gestão: no nível 1 e mais básico, envolverá a gestão acadêmica dos cursos de graduação; no nível 2, que envolverá a gestão operacional, serão retratados aspectos relevantes das Unidades Acadêmicas, a partir da agregação de resultados obtidos no nível de cursos; no nível 3, que envolve a gestão estratégica, se retratará a própria instituição, a partir da agregação de resultados obtidos no nível de cursos e/ou de Unidades Acadêmicas.

4. ETAPAS PREVISTAS

Etapa 0: constituição da CPA, intercâmbio de idéias e experiências entre os seus membros, nivelamento de expectativas e conhecimentos acerca da atividade de autoavaliação institucional e sua função auxiliar ao planejamento estratégico.

Etapa 1: preparação da comunidade interna para a autoavaliação institucional a partir de sensibilização através de intenso marketing, bem como da apresentação de calendário de atividades e dos aspectos acadêmicos considerados na referida atividade avaliativa.

Etapa 2: execução da autoavaliação institucional a partir da operacionalização de dois conjuntos distintos de ações (ou estratégias), porém complementares entre si, já referidas anteriormente, a saber: a) uso de módulos informatizados acoplados ao sistema acadêmico institucional (SIGAA), voltados ao uso dos discentes e dos docentes; b) geração de indicadores de desempenho em nível de cursos de graduação, de Unidades Acadêmicas e da própria instituição. Estes dois conjuntos de informação (qualitativas e quantitativas) possibilitarão diagnóstico válido e fiável em três níveis distintos de gestão: de cursos de graduação, de Unidades Acadêmicas e institucional.

Etapa 3: organização e consolidação das informações em bases propícias às análises estatísticas a partir da análise de consistência interna e de validade das informações obtidas, do cruzamento destas variáveis a partir da adoção de critérios racionais, da interpretação pedagógica e gerencial dos resultados.

Etapa 4: efetivação das análises estatísticas a partir da verificação da consistência interna e de validade das informações coletadas. Para tal far-se-á uso de pacotes estatísticos (Statistical Package for Social Sciences – SPSS) e de planilhas eletrônicas (Excel e/ou o Access).

Etapa 5: interpretação dos resultados obtidos a partir da efetivação das análises estatísticas.

Etapa 6: elaboração dos relatórios setoriais destinados aos distintos públicos e níveis de gestão.

Etapa 7: divulgação dos principais resultados com a comunidade acadêmica da UFC.

Etapa 8: planejamento de ações de aprimoramento a partir dos resultados mais frágeis detectados pela autoavaliação institucional, com prazos factíveis para a sua efetiva implementação e com a identificação dos responsáveis institucionais por tais ações.

Etapa 9: metaavaliação do processo, com o intuito de aprimorá-lo nos aspectos e ações mais frágeis.

5. ALINHAMENTO DAS AÇÕES DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2013/2017

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2013/2017, há no Eixo 5.1 dirigido ao Processo de Ensino-Aprendizagem o *Programa 1* que, dentre outras atribuições, prevê a execução da avaliação. Sendo assim, há de se realçar, por oportuno, o que foi realizado para alcançar os objetivos, ainda em 2014:

a) Objetivo 1: Discutir e definir comissões setoriais para execução da autoavaliação institucional. Planejou-se a efetivação de reunião com os Diretores de Unidades Acadêmicas, de modo a que estes estejam a par do que se deseja avaliar e de como se fará (já se tem clareza destes aspectos, visto que os módulos de avaliação estão desenvolvidos, bem como os indicadores de desempenho de curso e institucional), para, a partir de tal, serem constituídas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA). Conforme a atual legislação (Lei 10.861/2014) estas comissões devem ser paritárias, com representantes dos docentes, dos discentes e dos técnico-administrativos.

b) Objetivo 2: Implementar os módulos de avaliação institucional no SIGAA. Este objetivo está parcialmente alcançado, pois os módulos de avaliação já foram desenvolvidos pela equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) no que diz respeito à coleta de informações (obtenção dos inputs via aplicação online). No atual momento está se desenvolver uma proposta de formatação dos relatórios (desenho dos outputs), de modo a que em 2014.2 seja efetivado um estudo piloto dos dois módulos de autoavaliação institucional já referidos.

c) Objetivo 3 (Realizar avaliações periódicas a partir do pleno uso dos módulos de autoavaliação institucional), Objetivo 4 (Divulgar os resultados das avaliações periódicas) e Objetivo 5 (Planejar e implementar ações de aprimoramento) estão a mercê do alcance do

Objetivo 2. Portanto, ao alcançarmos o Objetivo 2, previsto para o segundo semestre de 2014, os demais terão sido atingidos, dada a sequência lógica e racional.

6. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) PARA O BIÊNIO 2013/2014

REPRESENTANTES DOS DOCENTES: Prof. Wagner Bandeira Andriola (COAVI/PRPL), Profa. Suzete Suzana Pitombeira (PROGEP), Profa. Márcia Maria Tavares Machado (PREX), Prof. Augusto Albuquerque (CGE/PRPL).

REPRESENTANTES DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS: Maria do Socorro de Sousa Rodrigues (PROGRAD), Daniele Cirilo Suliano (PROGEP), José Lima Teixeira (CCE/CH), Jaqueline Ramos (PROGRAD).

REPRESENTANTES DOS DISCENTES: Thiago de Oliveira Matos, Luiz Eduardo do Horizonte Brasileiro Freire Filho, João Victor Escócio de Oliveira, Crisneive Pereira da Silveira.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi designada pela Portaria Nº 37 de 8 de janeiro de 2013, após aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUNI).